



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO
QUADRIÊNIO DE 2017/2021**

ATA NÚMERO QUINZE

----- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA SEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE. -----

----- Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, pelas nove horas e trinta minutos, no Auditório do Pavilhão Multiusos, reuniu, ordinariamente a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme o ponto 1, do artigo 27º, da Lei número 75/2013 de 12 de Setembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto um ponto um) – Leitura resumida do expediente. -----

----- Ponto um ponto dois) - Apreciação e votação da ata da sessão de vinte e seis de junho de 2019. -----

----- Ponto um ponto três) – Período para intervenções. -----

----- Ponto dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto dois ponto um) - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à atividade municipal. -----

----- Ponto dois ponto dois) – Apreciação e votação da Modificação número: 17 Alteração ao Orçamento da Receita número 2 do ano contabilístico de 2019. -----

----- Ponto dois ponto três) – Apreciação e votação dos Documentos Previsionais para 2020 – Grandes Opções do Plano e Orçamento - Relatório. -----

----- Ponto dois ponto quatro) – **Apreciação e votação do mapa de pessoal – 2020.** -----

----- Ponto dois ponto cinco) – **Lei 50/2018 – Transferência de Competências. Apreciação e votação da alteração ao classificador económico da receita e ao plano de contas do setor local.** -----

----- Ponto dois ponto seis) – **Apreciação e votação da declaração de interesse para a população da “Valorização da Casa do Povo de Avelanoso, com vista à dinamização sociocultural e turística da aldeia” no âmbito da candidatura à operação “Renovação de Aldeias” do Programa de Desenvolvimento Rural 2014/2020.** -----

----- Ponto dois ponto sete) – **Outros assuntos de interesse para o Município.** -----

----- **Ponto três) – PERÍODO PÓS ORDEM DO DIA.** -----

----- Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, foi dado início à sessão. A senhora segunda secretária verificou as presenças. Estiveram presentes: José Baptista Rodrigues, José António Cerqueira da Costa Moreira, Serafim dos Santos Fernandes João, Manuel Fernandes Oliveira, Hugo Miguel Jerónimo Ribeiro Rodrigues, Lurdes Cristina Rodrigues Braz Pires, Ana Marisa Rebelo Cavaleiro do Bento, Alexandra Manuela Freire Brás Tomé, Manuel João Ratão Português, Carlos Manuel Meirinho Martins, André Fernandes Ramos, Sandra Manuela Carvalho Vila, Vítor Américo Calvelhe Pires, Cristina Maria Oliveira Miguel Rodrigues, José Manuel Miranda, Licínio Ramos Martins, Daniel Tomé Ramos, Hélder Domingos Ramos Pais, Joana Filipa Carvalho Pires, Adrião Augusto Oliveira Alves, Fernando Manuel Gonçalves Rodilhão, Manuel Emílio Fonseca João, José Manuel Alves Ventura, Luciano Lopes Alves e José Amadeu Vara Rodrigues. -----

--

----- Estiveram presentes, de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei cento e sessenta e nove de dezoito de setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de janeiro, o Senhor Presidente da Câmara, António Jorge Fidalgo Martins, e os senhores vereadores António

dos Santos João Vaz, Sérgio Augusto Pires e Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes. -----

----- **Ponto dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto um ponto um) – Leitura resumida do expediente.** -----

----- Pela senhora segunda secretária foi dado conhecimento da correspondência recebida desde a última Assembleia. -----

----- **Ponto um ponto dois) - Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de vinte e sete de setembro de 2019.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a ata à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Não votou a senhora deputada Ana Marisa Rebelo Cavaleiro do Bento por não ter estado presente na sessão anterior. -----

----- **Ponto um ponto três) – Período para intervenções.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia. Disse: “Na sequência das últimas eleições legislativas, proponho dois votos de felicitações: um aos deputados eleitos pelo nosso círculo eleitoral: Adão Silva, Jorge Gomes e Isabel Lopes; outro pela nomeação de quatro conterrâneos para Secretários de Estado do Governo: Berta Nunes para Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas, Antero Luís para Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna, João Sobrinho Teixeira Secretário de Estado da Ciência do Ensino Superior e Isabel Ferreira Secretária de Estado da Valorização do Interior. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

----- Usou da palavra a Senhora Presidente da Junta da União das Freguesias de Algoz, Campo de Víboras e Uva: Disse: “Dou os parabéns aos meus colegas Presidentes da Junta da União das Freguesias de Vale de Frades e Avelanoso pela realização da Feira da Castanha e Produtos da Terra em novembro, Presidente de Vilar Sêco pela Feira das Colheitas e Brano de S. Martino e Presidente da Junta de Carção pela Feira do Cachico e Mercado Rural. Esta é uma forma de valorizarmos as nossas terras e também de mobilizar as pessoas, e mostrarmos os produtos da região, gastronomia e

artesanato. É importante. Fui às feiras, havia muita gente e gostava que mais pudessem estar connosco quando nós organizamos estes pequenos eventos que para nós são grandes eventos, apoiados pela Câmara Municipal obviamente, senão seria impossível a sua realização. É importante que estejamos todos unidos nestes eventos que são muito importantes para nós, para quem organiza, para quem apoia e para as gentes da nossa terra”.-----

----- Usou da palavra o senhor deputado Vítor Calvelhe Pires. Disse: “Vinha aqui dar os parabéns mas a Cristina já se antecipou. Além de membro da Assembleia, venho também aqui como Vice-Presidente da Associação de Caçadores de Avelanoso, Associação de Caçadores à qual foi pedida ajuda para a organização do evento na Feira da Castanha, na qual tivemos todo o prazer em colaborar e ajudar. Mas a Associação de Caçadores de Avelanoso não foi tida, nem achada, nem consultada para o próximo dia catorze de dezembro com a realização de um Raid Todo o Terreno que vai acontecer e ser realizado pelo Moto Clube Furões. Pelo que sei, vai passar numa zona na qual a Associação de Avelanoso tem estado a preparar as manchas para as montarias da aldeia. Embora nem todos sejam caçadores, deverão compreender que a passagem de um Raid no meio de uma mancha irá afetar a batida, situação que podia ter sido muito facilmente resolvida se tivesse havido algum tipo de preocupação, de quem organiza, em comunicar ou falar com as pessoas. Obviamente que não culpo o meu colega e amigo, o Fernando, porque não foi tido nem achado e, se desse parecer negativo, como já aconteceu noutros Raids, seria realizado na mesma. Custa-me um bocado que haja um bocadinho este sentimento de prepotência e que não se comunique às pessoas, porque acho que seria facilmente encontrada uma solução para esta situação. Já para não falar aqui numa questão pessoal, pois vejo que neste concelho temos um bocadinho uma situação de filhos e uma situação de enteados. Como todos sabem, aqui em Vimioso, há uma outra associação que também organiza Raids Todo-o-Terreno, essa organização e essa associação tem tido muitas vezes pareceres desfavoráveis das juntas de freguesia de passar nas suas localidades. Recordo-me da freguesia de Pinelo que deu parecer desfavorável à associação do Charneca de passar lá na freguesia. Respeito e nem sequer contesto. Gostava de saber porque é que uns têm que pedir pareceres e vêm negados

pelas juntas de freguesia e outros nem sequer pedem pareceres, não comunicam, passam onde querem e onde lhes apetece. Isto é uma situação que acontece regularmente em Vimioso e devíamos ter um bocadinho de cuidado com essa situação. A minha opinião vale o que vale. Estamos numa zona em que os vales do Rio Maçãs, Rio Sabor, Rio Angueira estão englobados dentro da rede natura e, portanto, o concelho de Vimioso por várias vezes, organiza estes passeios/raids todo-o-terreno que, na minha opinião, não é mais do que fazer com que os nossos amigos espanhóis, onde é que do lado de lá de Espanha lhe são inviabilizadas estas situações, venham para aqui a brincar e a destruir os nossos caminhos e os nossos recursos naturais. Eu já enviei um comunicado, na qualidade de vice-presidente da associação ao ICNF para esta situação. Obviamente não sei o que é que isso irá a dar mas fico de consciência tranquila que dentro das minhas atribuições fiz aquilo que podia. Seria bom refletirmos sobre esta situação. Temos zonas rurais que estão dentro da rede natura. Até economicamente gostava que refletíssemos: até que ponto estas organizações destes raids são importantes para Vimioso? Calculo que não tenham grande importância a nível económico. Até porque, setenta por cento dos participantes nos raids são espanhóis, e os espanhóis vêm com os depósitos de combustível atestados em Alcanices, vão embora e não deixam um cêntimo na vila, a única coisa que deixam é um rastro de destruição nos nossos caminhos, nos nossos açudes. Basicamente é isso que fazem. Por isso gostava que às entidades que organizam, às entidades que permitem e às entidades que fomentam estas situações, refletissem um bocadinho mais se vale a pena estarmos a patrocinar passeios todo-o-terreno aos espanhóis, porque nada mais é do que isso, setenta ou oitenta por cento são espanhóis. Eu desconheço, a nível distrital, que haja um concelho onde se organizem tantos raids todo-o-terreno como aqui em Vimioso. Nós, neste momento, seremos obrigados, em Avelanoso, porventura, a ter que anular essas montarias. Não sei o que vai acontecer se as vamos anular ou adiar, alguma coisa terá de ser feita porque, obviamente, a passarem na zona onde vão passar, não teremos essa possibilidade. Gostava de deixar aqui essa reflexão. Iremos entregar um ofício à entidade que organiza estes raids, ao Moto Clube Furões, porque dá-me impressão que neste momento para o Moto Clube Furões em Vimioso não há limites e devia haver, mas isso são contas de outro

rosário que não são para aqui chamadas. Portanto, gostava que ficasse esta reflexão e, além disso, temos outra coisa absurda vai haver montaria ao javali e, nesse mesmo dia em Angueira, vai passar o raid. Ainda que não seja em zonas iguais as manchas são separadas em vários sítios há reses que se podem espalhar, as carabinas têm um alcance enorme, há situações completamente absurdas nesta situação e acho que um bocadinho de reflexão pela parte de quem organiza e de quem trata destes eventos não fazia mal a ninguém”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vale de Frades e Avelanoso. Disse: “Em primeiro lugar, queria agradecer à Câmara todo o apoio que me foi dado para a realização da V Feira da Castanha e Produtos da Terra. Em segundo lugar, ao meu colega Vítor, que faz parte da Associativa de Caçadores de Avelanoso. Obrigado, também, por nos terem ajudado na realização da feira com a montaria que correu muito bem. Em relação ao Moto Clube Furões, eles pediram o parecer no dia dois desta semana, foi alterado o trajeto e eu falei com o Filipe Gonçalves, o presidente da associação de caça, e ele disse que não havia nenhum problema com este. Em função disso, demos o parecer favorável. O anterior passava pelo interior das manchas, mas este não passa só vai passar no caminho da ribeira das vinhas, entra na charca e sai outra vez. Para o Faleital não passa nada. Relativamente ao parecer negativo que nós demos ao Charneca Club TT há dois anos, recordas-te da conversa que nós tivemos, ele enganou-nos, correto? Lembras-te falamos os dois que era para ser o almoço lá e eu disse-lhe que sim e tu também e depois era só uma merendita e decidimos dar parecer negativo. Nós demos em tempos o parecer positivo com o compromisso do Motoclube Charneca se comprometer a arranjar os caminhos. Não houve cauções não houve nada, partimos do bom senso em que as pessoas também colaboram. Ele entendeu perfeitamente e também conversamos. Na base do mútuo acordo tudo se resolve”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Caçarelhos e Angueira. Disse: “Relativamente às preocupações aqui manifestadas pelo Vítor, claro que todos partilhamos. Somos presidentes de junta de freguesias rurais, em que os caminhos são

fundamentais para aquilo que é a maioria da nossa população e que são agricultores. Claro que este tipo de iniciativas, não tenho números, não sei se deixam muito dinheiro no concelho de Vimioso ou se deixam pouco, mas tem que ser uma preocupação de todos nós preservar os nossos caminhos, e termos algum cuidado com este tipo de eventos. Relativamente a dar pareceres positivos a uns e negativos a outros, eu respondo pela minha freguesia. Já tivemos reuniões com o presidente de um e do outro Moto Clube. Fomos contactados em ocasiões diferentes para eventos diferentes, e a resposta que foi dada a uns e a outros foi igual. Se vocês se comprometem a arranjar, muito bem, se não dão garantias para arranjar eventuais estragos nos caminhos não passa, esta foi a nossa decisão. Aliás a junta de freguesia, única e simplesmente, cumpriu com uma deliberação da assembleia de freguesia. Foi a assembleia de freguesia que decidiu, está em ata, que deveria ser feito assim no futuro e, a partir desse dia, a junta de freguesia passou a cumprir rigorosamente com a deliberação da assembleia de freguesia. Agora, evidentemente, que todos temos que partilhar esta preocupação, colocar as instituições a conversar é fundamental para, em termos de futuro, não transformar o concelho de Vimioso num centro de estágio para os pilotos dos Raids TT Espanhóis". ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: "Em primeiro lugar, a questão da realização destas feiras locais. Nós associamo-nos e ainda bem, porque a iniciativa sendo das juntas de freguesia é uma co-organização com a câmara municipal. Fundamentalmente, damos o apoio logístico e algum apoio financeiro. É fundamental esta dinâmica nas nossas aldeias, no mundo rural. E também a exposição e venda dos produtos a promoção e a defesa da nossa cultura das nossas tradições nomeadamente dos ranchos, dos gaiteiros aquilo que é a nossa identidade. Quanto à questão dos Raids, concordo na generalidade com aquilo que disse o Vítor, com o que disse o Licínio e com o que disse o Fernando, e eu até já falei com os presidentes dos dois clubes, provavelmente o meu voto é que não haja mais raid nenhum a partir deste último. Não vai haver porque isto está a dar uma confusão dos diabos, claramente. Porque marcam um circuito e vão por outro, nós sabemos disso, houve um exemplo disso, porque atravessam as estradas municipais ou nacionais e fica lá o barro e iam existindo acidentes no último que aconteceu

porque choveu e iam pessoas para um funeral em Pinelo. Não houve acidente por mero acaso. Não havia sequer pessoas a mandar parar os participantes do raid para que passassem os carros em estradas municipais. Houve sinais de trânsito derrubados. Disse, também agora, ao Moto Clube Furões que as estradas que atravessarem se não forem limpas imediatamente eles serão denunciados por isso, por isso vão falar com os bombeiros, pagam aos bombeiros, e as estradas têm que ficar imediatamente limpas. O problema é mesmo esse porque até há espanhóis que vêm fora do raid e andam por aí a seu belo prazer. Sabemos que é isso que acontece. Agora quero dizer-lhe uma coisa, não há filhos nem enteados, todas as provas, até hoje, foram licenciadas, só não foi uma vez uma, porque não estava no calendário e ia coincidir praticamente com a da Feira da Rosquilha, foi só essa que não foi licenciada. Não estava no calendário e queriam organizar oito dias antes da que estava agendada para a Feira da Rosquilha. O senhor presidente da junta de Argozelo alertou-me para essa questão, não faz sentido, e ainda por cima andam em competição uns com os outros. Vou reunir com eles em janeiro e o que eu tenho em mente, depois a câmara discutirá, nós hoje podemos ter aqui onde fazemos a feira do gado eventualmente aquele percurso que se faz não entra em estradas, há aquele onde se faz o King (para o ano provavelmente será no início de junho), porque nós conseguimos garantir a segurança e desviar o trânsito. Ficam circuitos fechados e quer um clube quer o outro, se quiserem fazer aí algumas provas dessa natureza muito bem, fora daí dificilmente nós vamos licenciar mais provas deste tipo, porque eu tenho todos os dias, quer de um clube quer do outro, depois do raid, telefonemas. Porquê? Está definido um trajeto, basta que um veículo uma mota ou um jipe avarie já ninguém passa, então metem-se pelos terrenos dos particulares, destroem os terrenos dos particulares. Tenho já queixas dos particulares da destruição de um lameiro. Já me telefonou a pessoa dizendo que passaram pelo lameiro, porquê? Não dava para passar pelo caminho meteram-se pelo lameiro. Isto está a causar muitos transtornos. Reconheço perfeitamente que o objetivo era que houvesse alguma dinâmica. E é curioso que quando não licenciamos uma prova fui chamado de tudo e mais alguma coisa, inclusivamente por membros desta Assembleia, fui atacado por todo o lado. É preciso saber o que queremos, ou queremos raids ou não queremos raids. Penso que, na minha

opinião, se chegou ao limite daquilo que está acontecer. Eu sou muito mais defensor dos trails (corrida) e vamos organizar, estamos a preparar já um para Março e o das bicicletas BTT. Porquê? Não há barulho, não há grande perturbação, embora haja muita gente mas não há essa grande preocupação. Em termos económicos traz mais vantagens ao concelho esses trails e esses BTT do que propriamente esses raids TT. O que vamos equacionar, e quero dizer que antes da realização reuni várias vezes com os Furões no sentido de atenção relativamente aos pareceres o ICNF tem dado sempre pareceres positivos, porque se o ICNF não der pareceres positivos nem sequer a prova se pode realizar. Ó Vítor, hás-de compreender que nós também não somos obrigados a saber que a associativa de Avelanoso vai fazer uma batida e quando vai fazer. Se nos informar antes também ficamos a saber. Agora toda a gente sabe que há um Raid TT na Feira de Artes e Ofícios. Também se têm perguntado por onde vai passar? Se calhar tinha-se tido alguma atenção, é que esse faz-se sempre. Pode ter havido falha de informação, mas também houve da vossa parte, podiam ter dito. Dizer que, na Feira da Castanha em Avelanoso, Miranda do Douro estava a organizar um trail, com bicicletas e corridas e não é que vieram marcar na mancha da batida que vai decorrer em Angueira e passaram lá sem nos consultar, o que é obrigatório. Sempre que passem noutra concelho, têm que consultar a câmara municipal. Ninguém nos consultou e passou lá e no dia seguinte estavam lá as fitas. Eu sei que isto está a dar uma polémica grande e, portanto, às vezes também há dualidades de outras entidades de um lado para o outro. Repito nós licenciámos sempre todas as provas, portanto, aqui não há filhos nem enteados, para nós não tem havido filhos nem enteados, isso eu não aceito, porque só uma do Charneca TT é que não foi porque não estava no calendário e queriam-na fazer uma semana antes do raid da Feira da Rosquilha, o que não nos pareceu, obviamente, sensato. Mas fui alvo de todos os ataques, de todas as críticas, se há uma que está agendada e que está prevista e há outra que não está, obviamente que nós temos que decidir em função daquilo que é o bom senso e que é razoável. Estamos a fazer um investimento grande, temos vindo a fazer em todo o concelho no arranjo de caminhos agrícolas e, obviamente, depois há destruição de caminhos. E mais do que isso, há algum incomodo para os próprios agricultores, por exemplo, nesta altura que é altura da azeitona é

evidente que há incomodo, anda toda a gente no termo a apanhar a azeitona, eu também andei e tenho que me dirigir para os olivais e temos de passar. No sábado vai haver muita gente à azeitona e outros, se calhar, ainda às castanhas que ainda não as acabaram e, portanto, isto traz constrangimentos às pessoas. Eu vou-me sentar com a direção dos dois clubes e vou-lhe dizer isto. Na minha perspetiva, é só pessoal, raids desta natureza com quatrocentos, quinhentos, seiscentos participantes vão acabar mesmo, na minha posição pessoal acabarão. Agora se me disserem que é um passeio de dez, quinze, vinte em que vão devagar, em que estão a disfrutar da natureza, como há um grupo de franceses que costumam vir todos os anos mas são nove ou dez carros, andam devagar, param nas localidades isso é que faz sentido e dormem cá a semana toda. Obviamente, o objetivo inicial foi criar alguma dinâmica. Da nossa parte, concordo com aquilo que disse. Está a tornar-se um terreno para os espanhóis porque eles não podem fazer isso no território deles, além de ser em territórios de rede natura, são também reserva da biosfera. Se nós estamos a promover a questão ambiental, parece-me que este tipo de provas e da maneira que estão a ser feitas colide exatamente com os objetivos de preservação ambiental e de valorização ambiental e, por isso, é que nós já estamos a trabalhar, para não quebrar a dinâmica de eventos desportivos, noutras vertentes, nomeadamente os trails e os BTT. No domingo, vai haver também a prova BTT. Já estão inscritos mais de duzentos participantes, mas ninguém se queixa do BTT, queixam-se do raid TT e, obviamente, que nós vamos tomar medidas sobre este aspeto, e vem mesmo a propósito, que eu já comuniquei isso aos dois Moto Clubes”.

----- **Ponto dois) - PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto dois ponto um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à actividade Municipal.** -----

----- Todos os membros estavam na posse da informação. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- **Ponto dois ponto dois) – Apreciação e votação da Modificação número:17 Alteração ao Orçamento da Receita número 2 do ano contabilístico de 2019.** -----

----- **Ponto dois ponto cinco) - Lei nº50/2018 – Transferência de**

Competências. Apreciação e votação da alteração ao classificador económico da receita e ao plano de contas do sector local. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “De facto, o dois ponto dois e o dois ponto cinco é só um assunto. No dois ponto dois os senhores deputados podem verificar nessa modificação número dezassete alteração número dois que nós colocamos, retiramos os cento e vinte e nove mil e cem euros dos serviços e fundos autónomos e colocamos essa verba, cem euros, nas transferências de competências nos termos da lei 50/2018 e cento e vinte e nove mil nos outros. A explicação vem na documentação relativa ao dois ponto cinco, aliás isto foi objeto se repararem na deliberação em sede de reunião de câmara no dia trinta de Setembro de dois mil e dezanove. É uma imposição da Direção Geral das Autarquias Locais. Porque é que nós só pusemos cem euros na transferência de competências nos termos da Lei 50/2018? Porque, como sabem, foi aqui deliberado, ainda não aceitamos nenhuma competência. Não vamos receber nenhum dinheiro e, portanto, a rubrica fica só aberta. Imaginem que passamos a aceitar competências em que é transferido o dinheiro. Tínhamos que ter a rubrica por onde esse dinheiro vai entrar. E, também, a DGAL nos vem dizer, podem ver na documentação do ponto cinco, que não podemos ter os tais serviços e fundos autónomos, daí ele ser esvaziado de toda a verba e aí ser colocado os cento e vinte e nove mil nos outros. -----

----- Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente colocou o dois ponto dois à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, Colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto dois ponto três) – Apreciação e votação dos Documentos Previsionais para 2020 – Grandes Opções do Plano e Orçamento - Relatório. -----

----- Ponto dois ponto quatro) – Apreciação e votação do mapa de pessoal – 2020. -----

----- Dada a complementaridade dos pontos dois ponto três e dois ponto quatro, o Senhor Presidente da Assembleia propôs e foi aceite que os dois pontos fossem discutidos em conjunto, sendo que a sua votação ocorreria

separadamente. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Apresento a esta Assembleia o Plano e Orçamento para o ano económico de 2020. De referir que a documentação que foi distribuída aos senhores deputados é a síntese e aquilo que pensamos que mais interessa a todos os senhores deputados. O restante são mais documentos técnicos mas estão aqui na mesa, se alguém os quiser consultar, deverá fazê-lo, se assim o entender. -----

RESUMO DOCUMENTOS PREVISIONAIS - 2020

I - ORÇAMENTO

O orçamento da receita e da despesa para o ano de 2020 ascende a 11.231.544,00€.

QUADRO 1. Resumo do Orçamento Previsto para o Ano de 2020:

Descrição	Classificação Orçamental		Total
	Correntes	Capital	
Receitas	7.976.577,00 €	3.254.967,00 €	11.231.544,00 €
Despesas	7.593.906,00 €	3.637.638,00 €	11.231.544,00 €
Saldo	382.671,00 €	-382.671,00 €	

O orçamento cumpre as seguintes regras:

1 - Equilíbrio Orçamental: Despesas = Receitas

(o orçamento tem os recursos necessários para cobrir todas as despesas)

2 - Equilíbrio Orçamental Corrente: a receita corrente bruta ser pelo menos iguais à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

Pela observação dos quadros da página 4 e 5 do Relatório do Orçamento, conclui-se que este preceito se manteve presente e que o saldo corrente regista um superavit de 382.671,00€, que é superior ao valor das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos (247.516,49€), o qual financiará no mesmo valor as despesas de capital.

Orçamento da Receita:

A metodologia adotada para elaboração do Orçamento da Receita para o ano financeiro de 2020 foi baseada na média aritmética dos últimos 24 meses, arredondada à centena seguinte, sendo o último mês considerado o de setembro de 2019.

Na elaboração do orçamento municipal para 2020 foram considerados, a título de participação das autarquias locais nos impostos do Estado, os valores das transferências financeiras constantes no Orçamento de Estado em vigor (2019), nos termos da alínea c) do ponto 3.3.1 do POCAL.

A estrutura do orçamento da receita está discriminada no quadro 4 da página 8 do Relatório de Orçamento e são de salientar as seguintes considerações:

Ao nível das Receitas Correntes, que representam 71,02% do Orçamento:

- Dos impostos diretos, que representam 6,03% do orçamento corrente, 67,65% são provenientes do imposto municipal sobre imóveis, 17,53% do imposto único de circulação, 14,76% do imposto municipal sobre transações onerosas de imóveis e 0,06% dos restantes impostos diretos;

- Os impostos indiretos, representam 0,03% do orçamento corrente.

- As Transferências correntes que representam 83,16% das receitas correntes registam um decréscimo de 0,94% face ao valor orçamentado para 2019. O peso do Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação é de no IRS é 84,73% das receitas correntes. Será conveniente referir, que grande parte das comparticipações da Administração Central serão provenientes da DGAL, IEFP e outras entidades públicas e dizem respeito ao apoio às despesas originárias dos ensinos pré-escolar e 1º ciclo, atividades extracurriculares, transportes escolares e outras, respetivamente;

- A Venda de Bens e Serviços Correntes que contribuem em 7,66% para o orçamento corrente das receitas, apresentam um acréscimo de 2,88% face ao valor orçamentado em 2019. A venda de bens e serviços relacionados com a água e os resíduos sólidos, são as receitas mais significativas. As receitas provenientes das rendas contribuem em 3,65% para a formação deste tipo de receitas, estando incluídas as provenientes de habitação, edifícios e outras.

Ao nível das Receitas de Capital que, representam 28,98% do Orçamento:

■ A rubrica Venda de Bens de Investimento (terrenos e outros bens de investimento), com o peso no orçamento de receitas de capital de 0,35%.

■ A rubrica Transferências de Capital contribui com 99,63% para o orçamento das receitas de capital e regista um decréscimo de 18,95% face ao valor estimado para o ano de 2019. Este agregado de receitas é procedente, na sua quase totalidade, das transferências da Administração Central e de Fundos Comunitários, que somam ambas 3.242.079,00€.

Orçamento da Despesa:

À semelhança da orientação subjacente à elaboração do orçamento estimado para a receita, projetou-se o orçamento de despesa, com uma redução de 6,58%, face ao orçamento previsional do ano de 2019.

A análise do comportamento do orçamento de despesa, cujo valor previsto ascende a 11.231.544,00€, deve ser efetuada numa ótica de comparação com a estimada no ano precedente.

Assim, as despesas correntes atingem o valor de 7.593.906,00€, ou seja, um decréscimo de, aproximadamente, 1,38% em relação ao orçamento inicial de 2019. As despesas de capital atingem o valor de 3.637.638,00€, registando um decréscimo de 15,85% relativamente ao ano de 2019.

Ao analisar cada um dos agrupamentos que constituem o orçamento da despesa ressaltam as seguintes apreciações:

As Despesas Correntes representam 67,61% do total do Orçamento.

Temos vindo a salientar, que na sequência da afetação de recursos para a construção de infraestruturas e equipamentos, se segue um ciclo da gestão e exploração, o que, como se compreende, vem aumentando as rubricas do orçamento da despesa corrente:

◆ As Despesas com o Pessoal registam um acréscimo de 1,53% face ao valor estimado para o ano de 2019.

♦ A rubrica Aquisição de Bens e Serviços regista um decréscimo de 7,01% face ao valor previsto no orçamento inicial para o ano de 2019.

Também no orçamento para 2020 foram acrescidas em sede de PPI despesas de aquisição de bens e serviços o que contribui para o acréscimo deste tipo de despesas e consequente aumento do valor total daquele documento previsional.

♦ A rubrica Juros e Outros Encargos reflete um acréscimo de 1,84% face ao valor previsto no orçamento de 2019.

♦ A rubrica das Transferências Correntes regista um acréscimo de 11,92% face ao valor previsto no orçamento municipal do ano transato.

♦ As Outras Despesas Correntes registam um acréscimo de 6,75% face ao valor previsto no orçamento inicial para o ano de 2019.

Ao nível das Despesas de Capital, estas representam 32,39% do orçamento total:

♦ A rubrica referente à Aquisição de Bens de Capital regista um decréscimo de 17,64% face ao valor estimado no orçamento inicial do ano de 2019.

♦ As Transferências de Capital demonstram um acréscimo de 18,99% em relação ao valor previsto no orçamento para o ano de 2019.

♦ Na rubrica de Ativos Financeiros no ano de 2020 não está previsto qualquer pagamento ao FAM – Fundo de Apoio Municipal, uma vez que o município de Vimioso já efetuou a capitalização antecipada.

♦ A rubrica de Passivos Financeiros engloba o montante previsto de amortização dos empréstimos bancários de médio e longo prazo e a verba necessária para pagamento ao FEE – Fundo de Eficiência Energética, previsto no contrato de partilha de poupanças líquidas resultante da candidatura POVT-12-0765-FCOES-000027 de eficiência energética na iluminação pública.

RESPONSABILIDADES CONTINGENTES:

Entende-se por Responsabilidade Contingente, possíveis obrigações que resultem de factos passados e cuja existência, é confirmada apenas, pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos, não totalmente sob controlo da entidade ou obrigações presentes, que, resultando de acontecimentos passados, não são reconhecidas porque:

- Não é provável que um exfluxo de recursos, que incorpora benefícios económicos ou um potencial de serviço, seja exigido para liquidar as obrigações; ou
- O montante das obrigações não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.

Face ao exposto, os processos judiciais cuja resolução pelos tribunais está em curso constam das páginas 18, 19 e 20 do Relatório do Orçamento.

DÍVIDA DO MUNICÍPIO

Serviço da dívida

O serviço da dívida (encargos com juros e amortizações de empréstimos) tem uma expressão de 2,76% no orçamento de despesa.

QUADRO 7. Previsão do Serviço da Dívida:

Previsões						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Amortizações	300.000,00 €	300.000,00 €	300.000,00 €	310.000,00 €	255.000,00 €	255.000,00 €
Juros	111.300,00 €	129.800,00 €	79.100,00 €	68.600,00 €	54.550,00 €	55.552,00 €
Serviço da dívida	411.300,00 €	429.800,00 €	379.100,00 €	378.600,00 €	309.550,00 €	310.552,00 €

Durante o ano de 2020 são expetáveis ajustamentos a esta previsão, face à variação das taxas de juro Euribor.

QUADRO PLURIANUAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL E QUADRO DE MÉDIO PRAZO PARA AS FINANÇAS DA AUTARQUIA LOCAL

Os orçamentos das autarquias são anuais e segundo o n.º 2 e n.º 3 do artigo 9.º-A da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua versão atual, a sua elaboração é enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental (QPPO), que faz parte do documento que especifica o quadro de médio prazo para as finanças da autarquia local (QMPFAL).

Atendendo ao disposto no artigo 44.º da norma atrás descrita, o órgão executivo municipal apresenta ao órgão deliberativo municipal uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental, em simultâneo com a proposta de orçamento municipal

apresentada após a tomada de posse do órgão executivo, em articulação com as Grandes Opções do Plano.

Nos termos do artigo 44.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o QPPO delimita, numa base móvel que abranja os quatro exercícios seguintes:

- a) Os limites para a despesa do município; e
- b) Projeções da receita discriminadas entre as provenientes do Orçamento do Estado e as cobradas pelo município.

Os limites são vinculativos para o ano do exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes e deve ser atualizado anualmente, para os quatro anos seguintes.

Determina o artigo 47.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que: “*os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo*” [onde se inclui o QPPO - quadro plurianual de programação orçamental e o QMPFAL - quadro de médio prazo para as finanças da autarquia local] “*são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei*”, ou seja até 3 de janeiro de 2014, o que não aconteceu.

Assim, considerando que a aludida regulamentação não foi ainda publicada pelo que se desconhecem os elementos que devem constar do QPPO e QMPFAL, foi entendimento do Município, não preparar aqueles quadros para o exercício de 2020, na sequência das recomendações da Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP de exercícios anteriores, que se anexam ao relatório (ofício n.º OF_656_2018_SA_FFDC-COR_2537—2018 de 15-10-2018 e das circulares n.º 82/2016/AG de 01-10-2016, n.º 86/2015-PB de 25-09-2015 e n.º108/2014/AG de 01-10-2014).

II – GRANDES OPÇÕES DO PLANO

No que respeita às Grandes Opções do Plano, importa referir que este documento inclui dois mapas distintos, o plano plurianual de investimentos (PPI) e o plano das atividades mais relevantes da gestão autárquica (PAM) e este apresenta o montante total de 5.918.096,00€.

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

O PPI é um documento previsional que contém os principais investimentos a realizar pela autarquia.

Na sua elaboração incluíram-se os projetos (ações) assumidos em anos anteriores e não finalizados até ao termo do ano de 2019. Constan também e como é óbvio, os projetos que, na sua maioria, beneficiam de apoios financeiros.

No que diz respeito à classificação funcional, no Plano Plurianual de Investimentos estimou-se um valor global de 3.925.631,00€, sendo que as funções gerais representam 14,83%, as funções sociais 60,67% e as funções económicas 17,08% do PPI.

PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS

O PAM – Plano de Atividades Municipais inclui projetos e ações que pela sua natureza não são considerados investimentos diretos, mas relevantes para a autarquia, incluindo também transferências para outras entidades. O PAM engloba despesas correntes e de capital e ascende a um total de 1.992.465,00€.

(Eletricidade, Tratamento de água, Tratamento de Esgotos, Tratamento de Lixos, Apoios ao Bombeiros, Apoio Estudantes e Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos)

Finalmente, quanto ao quadro de pessoal para 2020

apenas foi reforçado a categoria de assistente técnico com três lugares na eventualidade de ter que se fazer alguma mobilidade. Tudo o mais mantêm-se exatamente igual.

É tudo, fico ao dispor para qualquer esclarecimento.

----- Usou da palavra o senhor deputado Vítor Calvelhe Pires. Disse: “Relativamente às Termas da Terronha, nós temos constatado que, anualmente há sempre uma dotação orçamental bastante elevada para aquisição de equipamentos para este espaço termal. Desconhecendo a situação gostaria de saber se era possível a câmara proporcionar a esta Assembleia, numa próxima ocasião, algum relatório de contas relativamente às termas, até para nós sabermos qual é o peso financeiro que este espaço termal tem dentro do orçamento municipal, para também ficarmos com a noção do custo que esta unidade termal de saúde tem para este município”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Tudo o que aparece no PPI relativamente à aquisição de

equipamento para as Termas tem a ver com candidaturas a fundos comunitários que foram aprovadas. Por isso mesmo é que, neste momento, as termas estão fechadas até fevereiro / março do próximo ano porque estamos a colocar o banho turco e a sauna, equipamentos para o bem-estar de forma a ter mais atractividade, designadamente na época baixa. Tendo mais valências nas termas, podemos ter mais pessoas a utilizá-las. Constam, no plano cento e cinquenta mil euros, para um novo furo artesiano para ter mais disponibilidade de água termal para o balneário. Quanto às contas, elas são conhecidas, basta ver os contratos ou os concursos públicos que são feitos para a prestação de serviços e está lá o valor. Pode consultar-se na página da câmara, pode lá verificar-se qual é o valor adjudicado. É tudo público, é tudo em função de concursos que são feitos, de concursos públicos ou de ajustes em função de montantes. Esperamos que, em fevereiro ou março, possamos reabrir as termas com novas ofertas, novas valências, sendo que o número de utilizadores têm vindo a aumentar substancialmente todos os anos. Isto é um processo que demora o seu tempo, as termas não são um equipamento desportivo. Tem as suas especificidades, nomeadamente em termos de garantia/análises. Não sendo um balneário muito grande, queremos dar os passos devagar e que os utilizadores das termas venham crescendo sem diminuir a qualidade que é oferecida. Porque o dia em que diminuirmos a qualidade, é o dia em que vamos perder utilizadores das termas”. -----

----- Não tendo havido mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia colocou o dois ponto três à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Dois ponto quatro colocado à votação foi aprovado por maioria, com uma abstenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vimioso, José Manuel Alves Ventura. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

--

----- **Ponto dois ponto seis) – Apreciação e votação da declaração de interesse para a população da “Valorização da Casa do Povo de Avelanoso, com vista à dinamização sociocultural e turística da aldeia” no âmbito da candidatura à operação “Renovação de Aldeias”, do Programa de Desenvolvimento Rural 2014/2020.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Esta é uma questão que tem a ver com a intenção da União das Freguesias de Vale de Frades e Avelanoso, apresentar uma candidatura ao PDR 2020 que tem a ver com as renovações das aldeias, património rural, no sentido de poder fazer beneficiação na casa do povo, o edifício que foi sempre o café que está no largo de S. Pedro de Avelanoso e que está já com estado de degradação, designadamente o telhado e mesmo o interior está a precisar de obras. Há a possibilidade de a Junta de Freguesia apresentar uma candidatura que não irá além dos cinquenta mil euros, não é muito mas é alguma coisa, sendo que a junta terá que suportar na ordem dos dez, doze mil euros, cerca disso, ou seja terá um financiamento comunitário cerca de quarenta mil euros. A Câmara Municipal está a colaborar com a Junta de Freguesia, no sentido de lhe preparar a candidatura tal como fizemos com a Comissão Fabriqueira de Vale de Frades para recuperação da Igreja de S. Joanico. O programa é exatamente o mesmo. Estão certamente lembrados que também fizemos uma declaração deste tipo para a Igreja de S. Joanico. Sabemos que vão abrir candidaturas no âmbito da CORANE e sabemos também que, à partida, os documentos que vão ser exigidos para esta candidatura são semelhantes quando esteve aberta da outra vez. Por uma questão de prevenção, é melhor termos esta declaração de interesse público deste edifício, para que a Junta de Freguesia possa apresentar a candidatura e, apresentando a candidatura, esperar que ela possa vir a ser aprovada”. -----

----- Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o dois ponto seis à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. --

----- **Ponto dois ponto sete) – Outros assuntos de interesse para o Município.** -----

----- Não houve intervenções. -----

----- **Ponto três) – PERÍODO PÓS ORDEM DO DIA.** -----

----- Não houve intervenções. -----

----- E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal

O Segundo Secretário da Assembleia Municipal
